

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.252 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 2001

Senadores ouvem a gravação da conversa entre ACM e procuradores

Comissão de Fiscalização e Controle recebeu transcrição do diálogo entre Antonio Carlos Magalhães e três procuradores da República. O perito Ricardo Molina sustenta que a fita "é autêntica, original e integral"



Os parlamentares recorreram a fones de ouvido para acompanhar a gravação

O perito em fonética forense Ricardo Molina entregou ontem aos integrantes da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado Federal transcrição da fita em que foi gravado o diálogo, ocorrido no último dia 19, entre o senador Antonio Carlos Magalhães e três procuradores da República.

A transcrição demonstra que denúncias de corrupção no governo, o processo de cassação

do ex-senador Luiz Estevão e críticas à atuação do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, figuram entre os temas do encontro.

Molina esteve na comissão por indicação do procurador Luiz Francisco de Souza, responsável pela gravação da conversa com Antonio Carlos.

O perito sustentou que a fita por ele analisada "é autêntica, original e integral".

PÁGINAS 3 E 4

Conselho de Ética avaliará se houve quebra de decoro

PÁGINA 4

Membros da Comissão de Orçamento visitam obras federais no Ceará

PÁGINA 8

Técnicos da Unicamp analisam sistema de votação do Senado

PÁGINA 5

PFL reitera apoio ao governo, mas aceita as divergências

PÁGINA 7



Reunião da Comissão Executiva Nacional do PFL viu no programa de ação anunciado pelo governo convergência com o programa do partido



Depoente alega doença e será submetido a junta médica

Atestado enviado por funcionário do Vasco da Gama chamou a atenção pela falta de CRM do médico.

PÁGINA 2

Jader apóia CPI para "dar um basta à chantagem política"



O presidente do Senado, Jader Barbalho, distribuiu nota afirmando que "aceita e subscreve" a criação de uma CPI para apurar denúncias envolvendo o Banpará. Com isso, observa, será possível "dar um basta nessa periódica chantagem política".

PÁGINA 2

Jader afirma que jamais tomou conhecimento de qualquer relatório do Banco Central que o relacionasse com supostas irregularidades

Jader aceita CPI para apurar as denúncias sobre Banpará

Nota divulgada pelo presidente do Senado diz que assim será possível “dar um basta nessa periódica chantagem política”

O presidente do Senado, Jader Barbalho, divulgou ontem nota à imprensa afirmando que “aceita e subscreve” a criação de CPI destinada a apurar as acusações de que teriam ocorrido irregularidades no Banco do Estado do Pará (Banpará) em 1984, quando ocupava o cargo de governador do estado. Jader assina-la que, desta forma, será possível



Jader aceita e subscreve a criação da comissão parlamentar de inquérito

“dar um basta nesta periódica chantagem política”, de que se sente vítima desde sua eleição para a Presidência da Casa.

O senador reitera que, ao longo do tempo, o Banco Central tem respondido negativamente quanto a seu envolvimento nos episódios denunciados, e enfatiza também a necessidade de que a CPI, se constituída, apure igual-

mente a responsabilidade na quebra de sigilo sem a concordância dos envolvidos, promovendo a “reparação de eventuais danos e os esclarecimentos devidos à opinião pública”, e permitindo seu total esclarecimento.

Em anexo ao texto, o gabinete do senador distribuiu tabelas de atualização da correção monetária, explicando que estas, aplicadas aos dois cheques atribuídos a Jader, de 93 mil cruzeiros e de 6 mil cruzeiros, dão um resultado correspondente a menos de cem reais.

A íntegra da nota

“Com relação às notícias que vêm sendo insistentemente veiculadas pela imprensa, sobre possíveis irregularidades no Banpará, ao tempo em que foi governador do estado do Pará, o senador Jader Barbalho, presidente do Senado Federal, vem prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Jamais, em tempo algum, recebeu qualquer comunicação do Banco Central do Brasil de que o seu nome estaria envolvido em irregularidades do Banpará, em 1984, ao tempo em que foi governador, em seu primeiro mandato (83/87).

2. Jamais teve acesso ou tomou conhecimento da existência de qualquer relatório do Banco Central no mesmo sentido, mesmo após haver deixado o governo.

3. Pelo contrário, em 1996, recebeu carta do então presidente do Banco Central, sr. Gustavo Loyola, citando comunicado do Bacen ao Ministério Público do Pará, afirmando que o seu nome não era mencionado em possíveis irregularidades ocorridas no Banpará, não registrando a inclusão de seu nome em qualquer documento do Banco Central.

4. Registre-se e repita-se que os únicos fatos que o ligam ao Banco Central, após 1996, foi naquele ano apoiar CPI para apurar denúncias dos escândalos do Banco Econômico e do Banco Nacional e, mais recentemente, ter sido autor da criação da CPI do Sistema Financeiro, onde foi apurada, dentre outras, a ação do Banco Central no escandaloso episódio de ajuda financeira no valor de 1 (um) bilhão e 800 (oitocentos) milhões de dólares aos bancos Marka e FonteCindan.

5. Surpreendido pelo noticiário da imprensa, revelando a existência de um terceiro relatório do Bacen, envolvendo o seu nome em fato ocorrido há 17 (dezessete) anos, enviou ofício ao presidente da citada instituição, sr. Armínio Fraga, no sentido de que fossem remetidas cópias do mesmo ao Ministério Público do Pará e ao interessado.

6. Manda o elementar bom senso que se aguarde a documentação já solicitada ao Banco Central, antes de serem feitos julgamentos precipitados sobre fatos ocorridos em data tão distante, condenando-se ou

permitindo-se condenar qualquer pessoa. A precipitação costuma produzir injustiças difíceis de serem reparadas no futuro; inclusive porque os dois cheques atribuídos ao senador, de Cr\$ 93.000,00 (noventa e três mil cruzeiros) e de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), somados e corrigidos correspondem hoje à pequena quantia de pouco menos de R\$ 100,00 (cem reais).

7. Para que as responsabilidades sejam cabalmente apuradas – inclusive as relativas à quebra de sigilos e publicidade concedidos sem a ciência de, pelo menos, um dos supostamente envolvidos –, uma comissão parlamentar de inquérito pode constituir-se em foro adequado para a definitiva reparação de eventuais danos e os esclarecimentos devidos à opinião pública, como forma de aclararem e darem um basta nessa periódica chantagem política, agora após sua eleição para a Presidência do Senado Federal.

O senador Jader Barbalho aceita e subscreve a constituição de comissão parlamentar de inquérito sobre os fatos de que está sendo acusado.”



Funcionário do Vasco envia atestado médico sem CRM para não depor

O funcionário do departamento de futebol do Vasco da Gama Aremithas José de Lima não compareceu à CPI do Futebol, onde deveria depor na manhã de ontem, encaminhando um atestado sem o CRM do médico, cuja assinatura está ilegível. Diante disso, o relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), apresentou proposta – aprovada pela comissão – para que fosse enviada uma junta médica à clínica onde Aremithas estaria internado, no Rio de Janeiro. O funcionário teria recebido em sua conta pessoal depósito no valor de R\$ 2,03 milhões feito pela Vasco Licenciamentos.

Juntamente com o profissional que está atendendo o funcionário do Vasco, a junta médica fará uma avaliação para estabelecer a data do comparecimento de Aremithas à CPI. Na hipótese de o estado de saúde do funcionário do Vasco não permitir que ele preste depoimento, Althoff entende que a CPI deverá



Althoff e Álvaro: CPI mandará junta médica avaliar condições de depoente

tomar outras providências para esclarecer por que a Vasco Licenciamentos determinou que a ordem de pagamento fosse feita em nome de Aremithas e não do clube.

No entanto, se constatado que o atestado médico é irregular, o relator propõe que a CPI “determine as condições coercitivas para o funcionário do Vasco prestar depoimento”. Nesse caso, a comissão deverá enviar denúncia ao Ministério Público, para investigação de exercício ilegal da Medicina, “cuja punição prevista é de dois anos de prisão”, lembrou o relator.

Álvaro vê tentativa de obstrução

A ausência de Aremithas, além dos sucessivos adiamentos no depoimento do ex-presidente do Vasco da Gama Antônio Soares Calçada (marcado para a próxima terça-feira), levaram o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a afirmar que “está visível o propósito escuso da obstrução dos trabalhos da comissão”.

O presidente entende que essas “tentativas de fuga” refletem o cenário de impunidade que sempre prevaleceu no universo futebolístico brasileiro, observando, no entanto, que a situação poderá ser modificada pelos resultados da CPI.

– Já são cinco inquéritos criminais envolvendo dois clubes do Rio Grande do Sul, o técnico Wanderley Luxemburgo e dois clubes do Rio, o Vasco e o Botafogo. Além disso, estamos trabalhando para apresentar um diagnóstico claro

desse quadro, em que o futebol só tem perdido prestígio como espetáculo, além de permanecer como atividade econômica clandestina. Isso deverá ser modificado, favoravelmente, através de uma nova legislação que deverá substituir a farsa que é a atual – afirmou Álvaro Dias.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apoiou as propostas para impedir que continuem sendo cometidas irregularidades sem punição no âmbito do futebol.

– A CPI está ajudando a abrir essa caixa-preta que é o futebol brasileiro – afirmou Cândido.



SEXTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 2001

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senadores ouvem gravação da conversa de ACM

Denúncias de corrupção no governo e processo de cassação do ex-senador Luiz Estevão estiveram entre os temas tratados no encontro do ex-presidente do Senado com procuradores, de acordo com a transcrição da fita divulgada ontem

Para Dutra, conselho é que deve investigar falta de decoro

Os casos envolvendo uma possível quebra de decoro do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) devem ser investigados apenas pelo Conselho de Ética, opinou o senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Para ele, a investigação das denúncias de irregularidades no governo



Dutra: denúncias contra governo devem ser apuradas por CPI

federal, feitas por Antonio Carlos, deve ficar a cargo de uma comissão parlamentar de inquérito. Não está entre as prerrogativas da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), sustenta Dutra, nenhuma das duas hipóteses.

Dutra declarou que não vê procedência nas denúncias de que o senador Antonio Carlos Magalhães tenha tido acesso ao voto dos senadores durante a sessão secreta que cassou o ex-senador Luiz Estevão.

Para o parlamentar, a não ser que os técnicos da Unicamp comprovem a violação do painel eletrônico, tudo não terá passado de fanfarronice do político baiano.

Para o senador Roberto Freire (PPS-PE), a CPI teria o poder de expor ao país o fim de um pacto feito entre as elites. Freire disse ainda que os procuradores devem depor no Conselho de Ética e não na CFC.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o Conselho de Ética deve ouvir Antonio Carlos Magalhães. Ele sugeriu que o depoimento se dê no plenário do Senado, na próxima quinta-feira. "É preciso dar a oportunidade para que Antonio Carlos venha dar a sua versão dos fatos", disse Suplicy.

A transcrição da fita gravada durante encontro do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com três procuradores da República, divulgada ontem em reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), demonstra que denúncias de corrupção no governo e o processo de cassação do ex-senador Luiz Estevão

estiveram entre os temas da conversa ocorrida no mês passado.

Após conhecer a transcrição da fita, parlamentares presentes à CFC observaram que as frases referentes à possível quebra de sigilo na votação secreta do pedido de cassação do ex-senador — e que motivariam um pedido de suspensão da votação — não conferem com as publicadas pela revista *IstoÉ*.

Durante o trecho da conversa que trata da cassação, o ex-presidente do Senado faz uma referência à posição que teria sido adotada por uma senadora do PT. "Helóisa Helena votou nele... eu tenho todos que votaram nele", disse Antonio Carlos segundo a transcrição feita por um perito em fonética forense



Na Comissão de Fiscalização e Controle, senadores ouvem a transcrição da fita com gravação da conversa

presente à reunião da CFC, Ricardo Molina. De acordo com a versão publicada pela *IstoÉ*, o senador teria afirmado dispor de uma lista de todos os colegas que votaram contra a cassação de Estevão.

Molina esteve na comissão por indicação do procurador da República Luiz Francisco de Souza, responsável pela gravação da conversa com Antonio Carlos. O procurador sugeriu ao presidente da CFC, senador Romero Jucá (PSDB-RR), que tornasse público o conteúdo da transcrição feita pelo perito. O presidente da comissão esperava que o próprio Luiz Francisco comparecesse à reunião de ontem, mas o procurador alegou motivo de doença para não participar

do encontro.

— Vamos convidar o procurador para comparecer à comissão na próxima terça-feira, uma vez que já foi divulgado o conteúdo da fita. Os dois outros procuradores que participaram da conversa, Guilherme Schelb e Eliana Torelly, se prontificaram a vir à comissão, mas só depois de Luiz Francis-

co, e por isso vamos tentar ouvi-los na quarta-feira — anunciou Romero Jucá.

No encontro com os procuradores, de acordo com a transcrição, Antonio Carlos sugeriu a quebra do sigilo telefônico do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira no ano de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso se elegeu pela primeira vez presidente da República.

Ao abrir o debate na comissão ontem, o relator desse processo, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), procurou confirmar com Molina a autenticidade da gravação. O perito afastou as possibilidades de edição ou montagem da gravação.

Waldeck Ornélas defende o arquivamento da denúncia

A divulgação da fita contendo a conversa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com os procuradores da República constitui condição suficiente, de acordo com o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), para justificar o arquivamento da denúncia que tramita no Conselho de Ética contra o ex-presidente do Senado. Para Ornélas, as declarações de Antonio Carlos de que não é possível violar o painel de votações do Senado e a transcrição do diálogo com os procuradores, cuja divulgação mostrou incoerências com o que havia sido publicado pela revista *IstoÉ*, devem levar o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) a arquivar o processo.

O senador comparou o processo contra Antonio Carlos a um "teatro fantasmagórico" criado para encobrir as denúncias de irregularidades em órgãos da administração federal. "Era para estarmos investigan-



Waldeck Ornélas cobra investigações no DNER e na Sudam

do as fraudes no DNER e na Sudam. É preciso que não se adote a política de fazer crise artificial. Criam-se crises para fugir da investigação de denúncias concretas", disse.

Contrário ao arquivamento, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) viu na divulgação da conversa fatos que merecem ser investigados por representarem riscos às instituições, principalmente para o Ministério Público.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) parabenizou o perito Ricardo Molina por ter "praticamente ressuscitado um fita inaudível", e disse que Antonio Carlos Magalhães deve esclarecimentos sobre o episódio. "Primeiro, Antonio Carlos negou o teor da conversa, depois disse que se houvesse fita, esta seria uma montagem. Mas, o perito disse aqui que não houve montagem e houve a conversa", disse.

Molina garante que a fita é autêntica

O perito em fonética forense Ricardo Molina atestou ontem, durante reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado, que é "autêntica, original e integral" a fita em que se ouve conversa travada entre o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o ex-diretor de comunicação Social do Senado Fernando Cesar Mesquita e os procuradores da República Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Segundo Molina, não há "muitas dúvidas" de que as vozes ouvidas são dos cinco interlocutores, embora só um teste comparativo possa determinar com certeza infalível a autoria das frases gravadas.

Molina informou que a degravação (conversão em linguagem escrita) da fita foi feita gratuitamente a pedido do procurador Luiz Francisco, mas o material chegou às mãos dele, Molina, por meio de repórteres da revista *IstoÉ* — a mesma que publicou reportagens revelando o conteúdo da conversa de Anto-

nio Carlos com os membros do Ministério Público.

A princípio, Molina não conseguia ouvir nada da gravação, que foi copiada para um disco de computador. Para recuperá-la, ele fez um trabalho de ajuste, de modo que o conteúdo pudesse ser reproduzido nos aparelhos da sua empresa, o Laboratório de Fonética Forense e Processamento de Imagens.

A fita examinada por Molina estava totalmente gravada do lado A, com 57 minutos de duração. Para Molina, "com certeza não houve montagem". No entanto, a precariedade da gravação, feita a três ou quatro metros de distância dos interlocutores — provavelmente da mesa da secretária dos procuradores —, tornou muitos trechos irrecuperáveis. O que pode ser entendido é resultado de um trabalho de filtragem fina de ruídos e iden-

tificação por repetição que envolveu, além de Molina, os peritos Donato Pascoal e Helena Brito.

Molina explicou que a fita é audível em 75%. Há trechos que podem ser ouvidos (são audíveis),

mas nos quais não se consegue identificar total ou parcialmente as palavras; há trechos que são pouco audíveis (o volume é muito baixo), mas se consegue entender o que está sendo dito. Conforme o perito, os trechos mais



Ricardo Molina explicou na comissão que a fita é audível em 75%

polêmicos (que tratam da suposta violação do sigilo do painel eletrônico e dos votos a favor do senador cassado Luiz Estevão) são pouco audíveis, mas inteligíveis. Detalhes como o sotaque e a leve disфонia (rouquidão) de Antonio Carlos foram analisados para estabelecer a autoria dos diálogos.

Conselho de Ética vai apurar se houve quebra de decoro

Segundo o presidente do órgão, Ramez Tebet, começa na próxima semana a análise da representação apresentada pela oposição para verificar a eventual violação do sigilo do painel de votação durante a gestão de Antonio Carlos no Senado

O presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), anunciou ontem que o colegiado se reunirá na próxima semana para começar a analisar uma representação que aponta possível quebra do decoro parlamentar pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Apresentada pelo líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a representação solicita a apuração de denúncia publicada pela revista *IstoÉ* segundo a qual o ex-presidente do Senado teria tido acesso ao resultado da votação secreta que resultou na cassação do mandato do senador Luiz Estevão.

— No que diz respeito à denúncia de quebra de sigilo do painel eletrônico, o Conselho de Ética é o foro adequado e nós vamos agir — afirmou Tebet na reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), durante a qual foi divulgada a transcrição da fita em que foi gravada conversa de Antonio Carlos com três procura-



“Nós vamos agir”, disse Ramez Tebet, que promete empenho para encontrar ainda hoje um relator para a matéria

dores da República.

Ramez Tebet reconheceu a dificuldade de encontrar um relator para a representação, mas garantiu que se empenharia na indicação de um colega para o posto ainda hoje. Logo após a indicação do relator, o conselho traçará um cronograma para a avaliação da representação apresentada pela oposição.

Suassuna examinará dados bancários de Eduardo Jorge

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Romero Jucá (PSDB-RR), encarregou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) de examinar os extratos bancários de 1994 e de 1998 que o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira encaminhou na última quarta-feira ao presidente do Senado, Jader Barbalho.

Os documentos incluem também os números dos telefones usados pelo ex-secretário à época em que assessorou o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (93/94). A Comissão de Fiscalização e Controle está encarregada de investigar as denúncias de envolvimento do ex-secretário-geral da Presidência em irregularidades na construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em São Paulo.

Ontem, durante a exposição do foneticista Ricardo Molina à comissão, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que Eduardo Jorge não autorizou a



Suassuna também receberá os números de telefone usados por Eduardo Jorge entre 93 e 94

quebra de seu sigilo bancário e telefônico. “Ele apenas forneceu os documentos que quis. Esta é mais uma farsa de Eduardo Jorge.” Requião sustentou que as denúncias só poderão ser apuradas se o Senado obtiver a quebra de sigilo bancário e de telefone do ex-secretário-geral da Presidência da República.

Heloísa estranha a forma com que senha é entregue

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) estranha o modo como a senha secreta usada pelos senadores para votação no painel eletrônico é entregue a eles, num envelope lacrado. Em discurso feito em plenário na quarta-feira, ela comparou o procedimento com o que é normalmente utilizado pelos bancos para cadastrar seus correntistas: o cliente digita a senha no terminal sem a interferência e o conhecimento dos

funcionários.

Heloísa tratou da questão durante o pronunciamento em que exigiu do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães explicações sobre o suposto conhecimento que ele teria da lista de votação secreta da sessão em que foi cassado Luiz Estevão (PMDB-DF), em junho de 2000. Antonio Carlos negou que tal lista exista ou que tenha admitido alguma vez sua existência.



Para Heloísa Helena, o registro e a entrega das senhas não devem ter a interferência de funcionários

Trechos da conversa com os procuradores

Em encontro com os procuradores Guilherme Schelb, Luiz Francisco de Souza e Eliana Torelly, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) discutiu assuntos relacionados com a atuação do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, com o sigilo telefônico do ex-secretário da Presidência Eduardo Jorge e com o processo de votação do pedido de cassação do senador Luiz Estevão. Foi o que revelou a transcrição dos diálogos apresentada ontem aos senadores em reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). A seguir, trechos da conversa, da qual também participa Fernando Cesar Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado.

Sobre Geraldo Brindeiro

Luiz Francisco diz que os casos mais polêmicos ficam sob encargo do procurador-geral.

Luiz Francisco: ... ao Brindeiro, os casos assim que são mais polêmicos.

ACM: Não veio para vocês?

Luiz Francisco: Não, nunca vem.

ACM: É inacreditável! (...) Não passa nada!

Luiz Francisco: E não conversa. Então, o senhor marca uma audiência, enfim, para falar com ele e...

Fernando Cesar: (Brindeiro) é unanimidade contra.

Eliana Torelly: Ele desagrada todo mundo.

ACM: O governo não gosta dele, os procuradores não gostam dele e a sociedade não gosta dele.

Eliana Torelly: É verdade. E não agrada ninguém.

ACM: Por quê? Porque ele não é decente, ele não é corajoso, porque ele é covarde.

Sobre Eliseu Padilha

Em outro trecho, o senador adianta sua estratégia em uma possível disputa judicial contra o ministro dos Transportes.

Eliana Torelly: O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que causou essa confusão toda, essa retaliação direta contra a gente...

Guilherme Schelb: Agora essa reunião... essa ação de improbidade...

ACM: ...é boa, porque eu vou... ele vai me interpelar... eu chamei ele de Eliseu Quadrilha. (...) eu vou confirmar.

Fernando Cesar: Todo mundo no Nordeste tem quadrilha.

ACM: Mas a quadrilha dele é essa mesmo.

Sobre Eduardo Jorge

Há momentos em que Antonio Carlos sugere a quebra de sigilo telefônico do ex-secretário da Presidência da República.

Fernando Cesar: O Ministério Público na Amazônia está investigando todas as denúncias sobre a Sudam. No meio dessas denúncias pegou um empresário suspeito, e nas gravações telefônicas esse empresário fala sobre a vida dos políticos...

ACM: E no meio, Eduardo Jorge...

(...)

Schelb: O senhor diz quebrar o sigilo...

Fernando Cesar: ...telefônico do Eduardo Jorge.

Schelb: É pra onde ele fez ligações, certo?

Fernando Cesar: Pede uma con-

sultoria.

ACM: Por que não... quebrar o sigilo de 94?

(...)

Schelb: De 94 para cá?

ACM: Exercício de 94.

(...)

ACM: O problema deles é o telefônico.

Sobre vazamento de informações

Na conversa, Fernando Cesar Mesquita admite ter fornecido para a imprensa informações sigilosas relativas à CPI do Judiciário e ao ex-senador Luiz Estevão.

Fernando Cesar: Eu vazei todas as informações... Todo o sigilo bancário e telefônico dele eu dava para a imprensa, porque, se a gente não desse, o negócio ia ficar escondido, porque ele tinha gente lá. As ligações dele pro Nicolau, aquelas coisas todas, não.

Sobre Heloísa Helena

Em determinado momento, o senador comenta com os procuradores aspectos do processo de cassação de Luiz Estevão, indicando que teria conhecimento dos votos dados pelos senadores na sessão secreta.

ACM: ...Heloísa Helena votou nele... Eu tenho todos que votaram nele.

Luiz Francisco: Mas por que votou nele?

ACM: Renan (Calheiros) que tratou isso.

Schelb: Mas por que ele fez isso?

(...)

Fernando Cesar: Não pode falar isso que o Luiz Estevão pode querer anular e vai acabar dizendo que quebrou o sigilo da votação.



Antonio Carlos aponta derrota de seus adversários com o resultado da degrevação

ACM: trombone faz muita zoadada e pode levantar uma orquestra

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem à tarde, em entrevista à imprensa, que “um trombone isolado faz muita zoadada e pode muito bem levantar uma orquestra”. A frase foi uma resposta ao presidente Fernando Henrique Cardoso que, pela manhã, disse que os partidos aliados tinham divergências e Roberto Requião (PMDB-PR) e Antonio Carlos eram, dentro de seus partidos, “trombones isolados” de suas orquestras.

Interrogado se ele se considerava vitorioso nos episódios da fita degreavada pelo foneticista Ricardo Molina e na manifestação do PFL de que admitirá divergências dentro do partido, Antonio Carlos Magalhães afirmou “que preferia dizer que foi uma derrota dupla” de seus adversários. O ex-presidente do Senado informou que está estudando a possibilidade de processar a *IstoÉ*, pois, segundo ele, a fita degreavada não coincide com as frases divulgadas pela revista.

Sobre a afirmação do presidente, que o associou a “entulho da ditadura”, o senador respondeu: “Entulho é lá com o pessoal dele. Eu sei que ele vai limpar esse entulho. Ainda não limpou, mas vai limpar”. Foi perguntado ao senador se ele teria ficado irritado com a declaração de Fernando Henrique de que ele, Antonio Carlos, participou da “ditadura militar” pós-64. “Não me irrita em nada ter participado daqueles governos, da mesma forma que Fernando Henrique quase participou do governo Collor. Ele foi impedido pelo Mário Covas.”

Antonio Carlos disse que o presidente da República “está com remorso por ter demitido dois ministros em função de nada, pois são dois homens competentes”, numa referência aos ex-ministros Waldeck Ornelas, da Previdência, e Rodolpho Tourinho, de Minas e Energia.

Técnicos da Unicamp copiam discos do sistema eletrônico de votação

Material passará pelo exame de um laboratório especialmente preparado para essa finalidade. Laudo vai esclarecer se o painel é ou não vulnerável a violações

Os técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp) que começaram ontem a copiar os discos rígidos dos sete microcomputadores dedicados ao sistema eletrônico de votação do Senado deverão terminar o trabalho no final da tarde de hoje. Somente após a realização de todas as cópias é que eles terão condições de estabelecer um prazo para a divulgação de um relatório esclarecendo se o sistema é ou não vulnerável a violações.

Os sete computadores foram deslacrados ontem de manhã na presença de representantes das empresas Kopp (que instalou o sistema) e Panavideo (atualmente responsável pela manutenção). Cópias de todos os discos rígidos serão levadas para a Unicamp, onde passarão pelo exame de um laboratório especialmente preparado para esse tipo de apuração, e os originais ficarão sob a guarda da comissão do Senado que está investigando a possível vulnerabilidade do sistema de votação.

Depois de conhecer a quantidade de informações gravadas nos discos rígidos é que os técnicos terão uma idéia do tempo necessário para a conclusão do trabalho, informou Dirceu Teixeira de Matos, presidente da comissão destinada a investigar se o sistema de

votação do Senado é vulnerável. Ele acrescentou que o trabalho inclui uma perícia nos discos rígidos e uma verificação no sistema para saber se ele foi ou não adulterado.

Dirceu Teixeira de Matos destacou que a Unicamp se comprometeu a terminar o trabalho o mais rápido possível. “Eles sabem da urgência, até porque durante esse período o Senado estará funcionando com votação manual”, disse o presidente. Matos também revelou que até o momento a comissão de inquérito ouviu sete funcionários do Senado, entre diretores e servidores ligados ao sistema.



Os peritos da Unicamp — Álvaro Crósta, Mário Jino, Marco Aurélio e José Raimundo — prometem agir com o máximo de meticulosidade

Preocupação dos peritos é manter pistas intactas

Os quatro peritos da Unicamp vão realizar um trabalho similar ao de detetives que investigam a cena de um crime, com a diferença de que não se sabe com certeza se o crime foi cometido. A analogia foi feita por um dos peritos, Álvaro Crósta, integrante do grupo que iniciou, ontem de manhã, o trabalho de reprodução dos programas de computadores que alimentam o sistema. O sigilo e a segurança do painel têm sido alvos de dúvidas depois de declarações

publicadas pela *IstoÉ* que teriam sido feitas pelo senador Antonio Carlos Magalhães.

— Por esse motivo, nós vamos agir com o máximo de meticulosidade, pois devemos assegurar que, caso tenha ocorrido alguma fraude, as pistas, se existirem, não sejam destruídas ou lesionadas pelo nosso trabalho — explicou Crósta.

Álvaro Crósta disse também que o trabalho que farão será similar à tarefa de montar um quebra-cabeças: os peritos juntarão os documen-

tos solicitados às empresas Kopp (que instalou o sistema) e Panavideo (responsável pela manutenção atualmente) e os exames periciais dos dados dos computadores para obter uma montagem final sobre o sistema. A missão principal da equipe, que também é formada pelos professores Marco Aurélio Henriques, José Raimundo de Oliveira e Mário Jino, é desvendar se o sistema do painel é viciado, permitindo, por exemplo, a associação do nome do senador ao voto colhido.

Apuração vai até o fim, afirma Carlos Wilson

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), que acompanhou o início dos trabalhos dos peritos da Unicamp, garantiu que as investigações que estão sendo empreendidas pelo Senado sobre suposta violação do painel de votação irão prosseguir até o final, independentemente dos resultados que possam ser produzidos.

— Vamos até o fim, doa a quem doer, chegue-se onde for — afirmou Carlos Wilson, para quem seria precoce adiantar qualquer afirmação sobre a hipótese de violação do painel.

O senador observou que os peritos estão apenas começando o tra-



Carlos Wilson: apuração deixa claro que Senado age com transparência

balho de análise do sistema e, por esse motivo, salientou, não é possível prever as conseqüências caso os resultados apontem positivamente para uma eventual fraude.

— Essa apuração, no entanto, deixa claro para a sociedade que o Senado está atuando com transparência e interesse em esclarecer o episódio — disse Carlos Wilson.

Para o primeiro-secretário, o trabalho da comissão interna de inquérito e dos peritos da Unicamp vai produzir, de qualquer maneira, um resultado positivo: os senadores poderão saber como funciona a votação eletrônica e confiar no sistema.

Dutra lamenta declarações de FHC contra instalação de CPI

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), considerou “lamentável” a postura do presidente da República de não admitir a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de corrupção que envolveriam também o Executivo. Fernando Henrique disse ontem que irá considerar desleais os parlamentares da base do governo que apoiarem essa CPI. Para Dutra, o presidente adota comportamento igual aos que o próprio Fernando Henrique tanto condenou na época da ditadura.

O senador alertou que é obrigação dos parlamentares preservar a credibilidade do Legislativo. “Entendemos que criar uma

CPI é questão estrita do Senado e da Câmara. Vamos insistir para que o Congresso Nacional utilize a plenitude das suas prerrogativas: investigar não só o Executivo, mas também o próprio Congresso”, afirmou.

O pedido de criação da CPI contava, até ontem à tarde, com 19 assinaturas no Senado e 109 na Câmara. São necessárias 27 e 164, respectivamente, para que a comissão seja instalada. “Do ponto de vista aritmético, a oposição tem apenas 16 representantes. Mas já tivemos promessas de assinaturas de senadores da base governista. Eles entendem que está em jogo a imagem do Senado. Os governos passam, a instituição fica”, afirmou o senador petista.



Geraldo Cândido: "A luta das mulheres não pode ser algo estranho à luta mais global dos trabalhadores"

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Sen. Marluce Pinto e Erika Kokay, presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal, falam sobre a situação social da mulher
7h30 — *Entrevista* — Sen. Roberto Requião fala sobre os descaminhos do Sivam
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Saúde/Unip* — Reabilitação de paralisias
9h — Sessão plenária (ao vivo)
13h — *Cores do Brasil* — Natal
13h30 — *Debate* — Sen. Lúcio Alcântara e o paleontologista da UnB, Dermalv Aparecido, falam sobre a preservação de fósseis
14h30 — Sessão plenária (representação)
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — instrumentos de cordas e arcos
19h — *Cores do Brasil* — Ceará
19h30 — *Cidadania* — Sen. Emilia Fernandes e a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Salange Jurema, falam sobre a violência e as conquistas das mulheres
20h30 — *Entrevista* — Sen. Roberto Requião fala sobre os descaminhos do Sivam
21h — *Jornal do Senado*

21h30 — *Espaço Cultural* — Leni Andrade

22h — *Especial* — Mário Covas

22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Vô Imbolá* — Zeca Baleiro

24h — *Quem tem medo da música clássica?* — instrumentos de cordas e arcos

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*

Em seguida — Música e informação

9h — Sessão plenária do Senado (ao vivo)

Em seguida — Música e informação

19h — *A Voz do Brasil*

Em seguida — Música e informação

20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste

Em seguida — Música e informação

21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste

Em seguida — Música e informação

21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste

Em seguida — Música e informação

24h — Sessão plenária do Senado (reprise)

Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirectTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica — Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica — Sistema Analógico:

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Dia Internacional da Mulher

Cândido quer mulheres mais próximas da luta dos pobres

Para ele, sem prejuízo das reivindicações específicas, os movimentos feministas devem incorporar o combate às desigualdades sociais

Ao registrar a passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) defendeu a necessidade de união dos movimentos pelos direitos da mulher com os movimentos gerais dos mais pobres, sem que as militantes feministas deixem de levantar reivindicações específicas. Para o senador, é preciso haver uma articulação entre a luta socialista no Brasil com o combate à dominação secular do mundo masculino sobre o feminino. "A luta das mulheres não pode ser algo estranho à luta mais global dos trabalhadores", disse Cândido.

O senador acredita que não basta a igualdade jurídica formal, que constitui avanço importante em

muitos aspectos da vida civil, mas é incapaz de, por si só, garantir a igualdade real e a aplicação de políticas que, de fato, combatam as diversas manifestações da opressão feminina. "Como os homens são considerados provedores e chefes da família, o trabalho da mulher é sempre visto como secundário e supõe-se que seus ganhos apenas complementam a renda doméstica", disse Cândido.

O senador destacou que estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) indicou que, em 1998, 26% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres. Portanto, para mais de um quarto das famílias brasileiras, resumiu o se-

nador, os rendimentos das mulheres são responsáveis pela manutenção da casa. Ainda assim, o rendimento médio real anual das mulheres que trabalham nas regiões metropolitanas analisadas pelo Dieese correspondem a menos de 70% dos auferidos pelos homens. Além de tudo isso, destacou, as mulheres são responsáveis pelos trabalhos domésticos na maioria dos lares, o que implica dupla jornada de trabalho.

O senador lembrou que o Dia Internacional da Mulher foi criado em 1910 para homenagear 129 mulheres operárias que morreram carbonizadas em 1857 ao serem reprimidas em uma greve por melhores salários.

A ação da bancada feminina no Congresso

"Acredito, sim, que nós, homens e mulheres, somos iguais nas frentes do conhecimento e da força de trabalho. Como legisladora, luto para fazer respeitar o que está na nossa Carta Magna e conclamo brasileiros e brasileiras para continuar, juntos, a desempenhar o mais sagrado dos deveres a nós confiados pela natureza: a perpetuação humana nos moldes do primeiro mandamento: 'Amai-vos uns aos outros.'" (Senadora Marluce Pinto)

Desde a atuação de Bertha Lutz e Carlota Pereira de Queirós na elaboração da Constituição de 1932 até os dias atuais, a bancada feminina do Congresso tem deixado sua marca no legislativo brasileiro.

Segundo o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cefemea), as principais conquistas da bancada nos últimos anos foram a lei que estabelece cota mínima e máxima por sexo (30% e 70%) para candidatas a vereador e deputado, a lei que obriga ao Sistema Único de Saúde (SUS) a reparar a mama nos casos de tratamento de câncer e a emenda da deputada Lucy Schonyker que garantiu às trabalhadoras rurais licença-gestante.

As 35 deputadas federais e as cinco senadoras estão sempre presentes nos momentos decisivos da Câmara e do Senado. A atuação delas

não se dá apenas nos debates em plenário e nas comissões. Hoje, cerca de 400 propostas, de iniciativa dessas parlamentares, tramitam nas duas Casas. Na sua maioria, são projetos ligados às áreas social e educacional, às questões ambientais e ao combate à discriminação. Esses dados confirmam pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que concluiu que a atuação pública das mulheres latino-americanas é voltada para as questões sociais. Mas o leque das proposições é bastante amplo.

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), por exemplo, apresentou projeto autorizando o Executivo a implantar programa de desenvolvimento do rio São Francisco, considerado o rio da integração nacional. Também é autora do projeto que altera a Lei de Licitações permitindo, sempre que possível, o uso da Internet no processo licitatório.

Para permitir maior participação popular nas questões nacionais, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou projeto que convoca plebiscito sobre a desestatização das hidrelétricas. Já o projeto da deputada Luíza Erundina (PSB-SP) dispõe sobre a redução do percentual para que o eleitorado apresente projetos de iniciativa popular.

Conhecida pela sua atuação na preservação da floresta amazônica,

a senadora Marina Silva (PT-AC) tem vários projetos na área ambiental. Um deles cria uma reserva extra do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para os estados que abrigam unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.

O projeto da senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS) de reduzir em 20% a taxa de instalação e de funcionamento das empresas de radiodifusão educativa, em relação aos valores estabelecidos para as emissoras comerciais, é uma resposta ao apelo de entidades universitárias e comunitárias. Da mesma forma, projeto da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), referente à regionalização da programação das emissoras de rádio e TV, faz eco ao pleito de organizações ligadas ao desenvolvimento da cultura regional.

Defesa da criança é o tema do projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que incentiva meios de comunicação, de transporte e outras empresas a publicarem fotos de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados. Na defesa dos direitos e no desenvolvimento de garantias legais ao bem-estar da criança, destacam-se ainda os projetos de autoria da deputada Rita Camata (PMDB-ES), uma das responsáveis pela elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dia Internacional da Mulher

Machismo ainda faz parte do cotidiano

Senador Carlos Wilson (PPS-PE), primeiro-secretário do Senado Federal

Ainda que a desenvoltura e a garra da mulher brasileira tenham criado exemplos objetivos de sua emancipação e de sua assunção em todos os níveis da atividade humana, ela não esmorece na afirmação de seus direitos. Enfrenta no cotidiano o machismo anacrônico da nossa cultura, que às vezes se manifesta de forma tímida, quase imperceptível, em outras de forma violenta, cobrando o preço de suas próprias vidas.

É verdade que em algumas regiões da África mulheres ainda são submetidas à deformação do próprio corpo. Em regiões do Oriente Médio a mulher ainda é considerada cidadã de segunda classe, sem qualquer direito. Mas não é preciso ir tão longe. No Brasil, as mulheres ainda são procuradas como força de trabalho barata, indiferente a qualquer qualificação. E, em alguns rincões, ainda enfrentam a discriminação vulgar e o bloqueio a qualquer acesso ao direito e à cidadania.

Algumas mulheres no Brasil, historicamente, alcançaram e

ocupam posições de influência e destaque político. Não posso deixar de reverenciar a memória da minha conterrânea, a deputada Cristina Tavares. E ao citá-la, homenagear todas aquelas que no seu esforço do dia-a-dia lutam não apenas pela reafirmação da mulher na condução dos destinos do Brasil, como na tentativa insana de mudar a realidade madrastra da maioria dos brasileiros.

É preciso lembrar também da mulher humilde que está na fábrica e no campo. Da mulher que sustenta o seu lar abandonada pela circunstância da vida. Da mulher que cria os seus filhos, na solidão do abandono, sem qualquer apoio para educação ou para saúde. Abandonada pelo companheiro e, como a maioria dos brasileiros, abandonada pelo Estado.

Neste dia 8 de março se torna obrigatória uma grande reflexão. Uma homenagem à mulher brasileira, mais do que qualquer outra, valente e insistente na luta, que se renova no cotidiano.

João Alberto defende profissionalização do turismo

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) defendeu a profissionalização do turismo no Brasil. Segundo disse, a atividade deve ser encarada como uma indústria atrativa, rentável e geradora de empregos. “O turismo entre nós precisa ser uma ação dura-



João Alberto também prestou homenagem ao Dia Internacional da Mulher

doura, competentemente estruturada, solidamente plantada em valores culturais, ecológicos, de lazer e de natureza para atrair e manter empregos.”

Para João Alberto, o Brasil dispõe de imensas possibilidades nesse campo. Ele lembrou que, no Maranhão, vem sendo feito esforço para dar projeção turística aos vários recursos históricos e culturais existentes. “São Luís tem sido palco de importantes mudanças na infra-estrutura econômica e na de lazer para dinamizar essa

promissora área do desenvolvimento.”

Mulher

O Dia Internacional da Mulher também foi lembrado pelo senador, que ressaltou o compromisso assumido por 18 países na Cúpula Mundial de Educação, realizada no Senegal, ano passado, de criar políticas educacionais para esse setor da população. Também foi fixado, lembrou, o ano de 2015 como horizonte para o fim da discriminação contra as mulheres. “Hoje as mulheres são maioria entre os 113 milhões de crianças fora do sistema de ensino e 60% dos 880 milhões de analfabetos totais no mundo.”

— A mulher não é “tema irritante”, como escreveu Simone de Beauvoir. Também não é só poesia. Reduzi-la a poesia é desconhecer a luta que trava diariamente para materializar a singularidade, a dignidade de vida que é.

Executiva do PFL reafirma apoio ao governo de FHC

A Comissão Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal (PFL) divulgou ontem resolução na qual reitera seu apoio ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Diz o documento: “O programa de ação apresentado pelo governo para apreciação dos partidos converge, em suas linhas gerais, para o nosso programa, e algumas de suas melhores ações têm origem, na verdade, em iniciativas de lideranças do PFL.”

A resolução foi aprovada por unanimidade na reunião destinada a avaliar o posicionamento do partido na coalizão que apóia o governo. Conforme o texto, o PFL apoiou a eleição e a reeleição do atual presidente porque “seu compromisso político, assumido perante a nação, incorporou, sem reservas, os fundamentos do programa” do partido.

De acordo com o documento, as



Para a Comissão Executiva Nacional do PFL, o apoio do partido à continuidade das reformas constitui “aspiração de toda a sociedade”

reformas no Estado que resultaram “no controle da inflação e no início de um processo de crescimento econômico sustentado” contaram com os votos decisivos do PFL na Câmara e no Senado.

O PFL reafirmou seu apoio à continuidade das reformas, que, segundo a resolução, constituem “aspira-

ções de toda a sociedade”. No texto, a Comissão Executiva afirma ainda que o partido “soube e saberá sempre conviver com as diferenças de opinião e a liberdade de pensamento, valorizar e prestigiar suas lideranças, ainda quando divergem, servindo, incondicionalmente, ao interesse público”.

Bornhausen aponta capacidade de divergência

Ao sair da reunião da Comissão Executiva Nacional do PFL, o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC), destacou que a agremiação demonstrou ser “um partido sem donos” e ter capacidade de divergência. Bornhausen apontou também “o grande trabalho dos companheiros que desejavam e queriam a unidade”. E afirmou que o senador Antonio Carlos Magalhães (BA) permanecerá no partido “como um líder importante”.

Já o líder da legenda no Senado, Hugo Napoleão (PI), ressaltou que o partido sai “unido e fortalecido” da reunião.

— Permanece o apoio (*ao governo*) e também o direito daqueles que

quiserem se manifestar.

O senador José Jorge (PE), por sua vez, disse que a principal vantagem do apoio manifestado pelo partido é a governabilidade.

— Temos um país com um sistema político ainda embrionário, em que a governabilidade é absolutamente necessária — afirmou o senador.

ACM

O senador Antonio Carlos Magalhães disse ontem que manter uma postura independente em seu partido com relação ao governo é “a coisa mais fácil do mundo”. A afirmação foi feita após a reunião da Executiva que decidiu reafirmar o apoio do partido ao governo. A resolução recebeu o voto favorável de ACM.

— Tenho feito isso e o povo está feliz com a minha colaboração. Mas, ao mesmo tempo, acho que o partido não pode ter uma posição fixa. O partido são várias idéias que convergem.

Observou também que o apoio ao governo ressalva as divergências. E anunciou que irá “aplaudir quando o governo mereça aplauso e criticar o que mereça crítica”.

O senador afirmou ainda que a Agenda 2001/2002 apresentada pelo governo aos partidos que lhe dão sustentação “representa, em suas linhas gerais, o programa do PFL”.

— Mas vou estudar as minúcias para ver se o Nordeste e a Bahia estão bem contemplados — disse.

Jucá comemora relançamento de revista sobre cooperativismo

O relançamento da revista *Cooperativismo Brasil* foi comemorado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), integrante da Frente Parlamentar do Cooperativismo. Segundo disse, a revista, publicada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), “prega a imediata reunião das grandes lideranças cooperativas do Brasil e do mundo”. A finalidade, acrescentou, é “edificar uma identidade cooperativa para o novo milênio”.

Jucá explicou que, em editorial, a revista demonstra que este é o

momento de conscientização, de troca de experiências, de intercooperação e de crescimento para “superar o desafio de consolidar as diretrizes definidas e tornar as cooperativas mais eficientes, competitivas, profissionalizadas e aptas” à participação do setor como um dos baluartes da democracia e da paz universal.

— Com suas estruturas, a OCB e o SESCOOP contribuem com o processo de crescimento econômico e social, fornecendo crédito aos pequenos produtores e trabalhadores, certamente os verdadeiros propri-

etários de centenas de cooperativas e de dois grandes bancos, o Bancoob e o Bansiocred.

A Frente Parlamentar do Cooperativismo, informou Jucá, é integrada por 234 deputados federais e 28 senadores, que se dedicam “ao trabalho de construção do bem comum”. São desenvolvidos, disse, projetos para fortalecer o cooperativismo, que congrega em todo o mundo mais de 2 bilhões de cooperados. “No Brasil, a OCB compõe-se de 27 sindicatos e organizações estaduais, dez confederações e quase seis mil cooperativas.”



Lobão defende maior rapidez na reforma do Judiciário, "reclamada pelos próprios magistrados"

Edison Lobão se associa a homenagens a Carlos Velloso

O senador Edison Lobão (PFL-MA) associou-se ontem às homenagens que vêm sendo prestadas ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso, destacando que a Associação Comercial do Rio de Janeiro outorgou ao ministro a Medalha Visconde de Mauá, no grau ouro.

Edison Lobão aproveitou o pronunciamento para afirmar que este é o momento para que se assegure maior rapidez na reforma do Judiciário, iniciativa "reclamada pelos próprios magistrados".

— É esperança nossa que a Justiça brasileira continue a se manter com os quadros altamente qualificados que a compõem. Os seus membros têm carregado nos ombros, de maneira injusta, as fortes críticas dos que apontam falhas, mas não diligenciam soluções — afirmou Lobão.

O parlamentar elogiou também o discurso do presidente da associação, Arthur Antonio Sendas, proferido na ocasião da entrega da medalha, em que ressalta os "incontáveis méritos" de Carlos Velloso. Edison Lobão disse que a gestão de Carlos Velloso foi marcante pela sabedoria e solicitou que o discurso de Arthur Sendas fizesse parte integrante do seu pronunciamento. No discurso, Sendas destacou a necessidade de o país contar com empresas em condições de competir no mercado globalizado.

Comissão de Orçamento visita obras federais no Ceará

Integrantes da CMO — entre eles a senadora Marluce Pinto — iniciam programa destinado a tornar mais transparente a lei orçamentária

Parlamentares da Comissão Mista de Orçamento visitaram ontem as obras do sistema de transportes metroviários de Fortaleza, que receberá neste ano uma verba de R\$ 107 milhões do Orçamento da União. Dentro de um programa destinado a tornar mais transparente a lei orçamentária, a comissão decidiu visitar as principais obras em execução no país com dinheiro federal.

Os oito parlamentares, entre eles o presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), e a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), conhecerão hoje outras duas grandes obras no Ceará



Marluce Pinto faz parte do grupo que visita hoje as barragens do Castanhão e Tabuleiro de Russas

— os projetos de irrigação e as barragens do Castanhão e Tabuleiro de Russas. Esses projetos já receberam da União até agora R\$ 339,6 milhões e contarão neste ano com mais R\$ 50,3 milhões.

Amanhã os deputados e a senadora visitarão as obras do Porto de Pecém, também no Ceará, que deve receber neste ano R\$ 36 milhões do Orçamento federal, elevando para R\$ 408 milhões o total de verbas da União para o projeto. Nos próximos dias, representantes da Comissão de Orçamento conhecerão as principais obras em São Paulo e Minas.

PPS pede retirada da urgência de projeto sobre saneamento

Em carta aberta assinada por seus líderes — os senadores Roberto Freire (PE) e Paulo Hartung (ES) e o deputado Rubens Bueno (PR) —, o Partido Popular Socialista (PPS) pediu ontem ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a retirada do pedido de urgência constitucional para o projeto que institui diretrizes para o saneamento básico no país. O partido entende que, dada a importância do tema, é necessária uma discussão mais profunda acerca da matéria.

A proposta tem aspectos posi-

vos, dizem os parlamentares, mas também merece reparos. Diante disso, eles entendem que o regime de urgência é um entrave ao debate que o projeto exige.

Os parlamentares argumentam que uma das maiores dívidas sociais no país é a má qualidade dos serviços de saneamento básico, especialmente no caso do esgotamento sanitário. Eles apontam que seriam necessários cerca de R\$ 38 bilhões para que, até 2010, 98% dos domicílios do país tivessem acesso à rede de água trata-



Roberto Freire é um dos signatários da carta aberta ao presidente da República

da e 65% do esgoto produzido recebendo tratamento.

A nota esclarece ainda que apenas 72% da população é servida por redes de água potável e somente 31% tem esgoto.

Valmir Amaral propõe permissão para maior de 16 anos dirigir

Projeto apresentado pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF) possibilita aos jovens maiores de 16 anos obter permissão para dirigir, sob condições especiais. A proposta, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, prevê, no entanto, que os jovens terão de conduzir o veículo acompanhados de um responsável penalmente imputável,



Valmir Amaral admite que seu projeto pode gerar polêmica

que esteja habilitado há pelo menos três anos e que não tenha sido punido com suspensão ou proibição de dirigir veículo automotor.

Na justificativa da matéria, o senador argumenta que é grande o apelo desse segmento pelo direito de dirigir.

Ele acrescenta que apresentou a proposição por considerar que atualmente, com os avan-

ços da informação, os jovens adquirem maturidade muito cedo.

O senador diz ter consciência da polêmica que o tema pode gerar, já que, diante dos alarmantes índices de acidentes, há uma tendência, na sociedade, a apoiar medidas que dificultem ao máximo a obtenção da permissão para dirigir. A redução do número de acidentes, observa o senador, deve ser buscada com normas mais rigorosas para a concessão da habilitação e para a punição dos infratores.



Eduardo Siqueira Campos informa que governo do Tocantins produzirá remédios mais baratos

Eduardo critica alto preço e embalagem dos medicamentos

A dificuldade de acesso a medicamentos por parte da grande maioria da população foi apontada pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) como o "flagelo maior que ameaça a saúde dos brasileiros". Ele afirmou que os laboratórios estrangeiros têm imposto condições exorbitantes ao mercado, não só em relação aos preços, mas inclusive à forma de embalagem para a venda, obrigando o paciente a comprar quantidades de medicamentos acima do que necessita.

O senador alertou ainda para a falta de compreensão sobre a gravidade do problema por parte de muitos médicos, que poderiam, em sua opinião, dar preferência nas receitas aos remédios mais baratos, similares ou genéricos. Para tentar minorar o problema, Eduardo Siqueira Campos revelou que no Tocantins o governo do estado produzirá remédios mais baratos para a população.

— No entanto, esse esforço governamental terá um resultado apenas relativo, se não houver uma expressiva colaboração da classe médica, sem o apelo do *marketing* ou dos nomes-fantasia, para despertar o impulso consumista das pessoas que deles necessitam. Tenho absoluta confiança de que a classe médica será a grande aliada dos esforços do governo para mudar os hábitos da população, no sentido de buscar, nas alternativas oferecidas pelas políticas governamentais, ampliar o acesso da população aos medicamentos necessários à preservação e à recuperação de sua saúde — explicou.